

Declaração ao País sobre o Orçamento do Estado para 2025

Lisboa, 17 de outubro de 2024

Das eleições legislativas realizadas há cerca de 7 meses resultou um governo apoiado por uma coligação minoritária entre o PSD e o CDS.

Nessa noite de 10 de março, assumi que o PS ia liderar a oposição. Na oposição, o Partido Socialista tem representado e defendido os interesses e anseios dos portugueses, fiscalizado a ação do governo, combatido as suas políticas erradas e defendido soluções para os problemas de Portugal e dos portugueses.

A existência de uma alternativa política forte e credível é um pilar fundamental de qualquer democracia - e no nosso sistema político, o PS é a principal alternativa a um governo do PSD.

Não discordo nem diminuo a importância de poder construir acordos com o PSD em matérias relacionadas com a nossa soberania e com a nossa segurança.

Mas sou contra a ideia de um Bloco Central, formal ou informal, e contra acordos de incidência parlamentar entre PS e PSD, a não ser em situações limite e muito excecionais, em que a própria democracia esteja em causa.

É por isso que defendo que, o normal, é que o principal partido da oposição vote contra a proposta do Orçamento do Estado que o Governo entrega no Parlamento. Foi o que o PSD fez nos últimos 8 anos. É o que é normal.

Mantenho esta posição há muitos anos - e recorro que esta foi a doutrina sufragada nas últimas eleições internas do Partido Socialista.

Entendo hoje, como sempre entendi, que para preservar a qualidade da nossa vida democrática, não devemos ter os dois principais partidos comprometidos com a mesma governação. Nessa circunstância, os dois partidos estariam em risco de desgaste político simultâneo, e os eleitores deixariam de ver um deles como a principal alternativa ao outro. Isso só facilitaria, não tenhamos ilusões, o crescimento da direita radical e populista.

Não partilho, por isso, da tese daqueles que consideram que o PS deve viabilizar o orçamento do estado apresentado pelo PSD só para afastar o Chega da responsabilização política.

Essa tese elevada a doutrina, tornaria o PS refém do Chega, depositando neste partido, na prática, o poder de definir o sentido de voto do PS. No limite, condenaria o PS à viabilização sistemática dos orçamentos do estado dos governos minoritários do PSD. E a prazo, teria como efeito a gradual irrelevância política do PS e impossibilitaria o partido de cumprir a missão fundamental de assegurar aos Portugueses uma alternativa progressista à governação da Direita.

Sou fiel à convicção de que a dialética e a bipolarização política se fazem com o PS de um lado e o PSD do outro, e não com uma aliança tática entre o PS e o PSD de um lado e um qualquer partido populista e radical do outro.

Não obstante esta posição de princípio, de que não abdicarei, tenho a consciência de que a política exige escolhas, muitas delas difíceis.

Desde logo, avaliar se a proximidade do último ato eleitoral mereceria uma ponderação distinta.

Acresce uma manifesta incapacidade da direita em construir uma solução de governo maioritário, o que se tornou óbvio desde logo nas trocas de acusações aquando da escolha do Presidente do Parlamento. Um episódio triste e de absoluta trapalhada entre PSD e Chega, com uns a dizerem que houve acordo e outros a dizerem que não. Nesse momento, coube ao PS responder com sentido de estado e salvar o parlamento de uma vergonha institucional.

Estamos hoje perante o mesmo cenário. Na direita ouvimos acusações, insultos e muita confusão. Ameaças e contra-ameaças. Numa palavra: irresponsabilidade.

Perante um cenário destes, mais uma vez, disponibilizámo-nos para negociar uma solução mínima que nos permitisse abrir uma exceção ao posicionamento que descrevi e, assim, evitar uma crise política ao fim de pouco mais de seis meses das últimas eleições.

Não era sério da nossa parte não negociarmos sequer o orçamento do estado, mas não fizemos, está claro de ver, uma proposta extensiva com dezenas de medidas. Tentamos assegurar, tão só, condições mínimas para a viabilização de um orçamento que nunca seria o nosso, o do Partido Socialista, e do qual naturalmente discordaríamos.

Apresentámos, por isso, apenas duas exigências: o abandono das propostas do governo para o IRS jovem e para o IRC. Duas medidas caras, injustas e ineficazes.

O PS apresentou, também, três propostas que queríamos ver integradas no orçamento nas áreas da habitação, da saúde e das pensões: uma dotação anual de 500M€ para a construção de casas para os jovens da classe média; a negociação com os médicos de um regime de exclusividade, de adesão voluntária, que permita fixar profissionais no SNS; e um aumento permanente das pensões acima do que a lei de atualização das pensões prevê para defender o poder de compra dos reformados.

No decurso das negociações, o governo acabou por recuar de forma substancial no IRS jovem e parcialmente no IRC. Não foi uma vitória do PS, foi uma vitória para o País. Só por isto valeu a pena a decisão de negociar.

No entanto, as nossas condições de base não foram respeitadas na totalidade. Num último esforço, o PS apresentou uma contraproposta que nos permitia chegar a um acordo. Como sabem, a nossa contraproposta não foi aceite pelo governo e as nossas três propostas nas áreas da habitação, saúde e pensões também não.

Não foi, por isso, possível chegarmos a um acordo entre o PS e o Governo da AD, como aparentemente não o há entre o Governo e qualquer outro partido político.

É neste momento um governo isolado.

Está sozinho, mais minoritário que nunca e absolutamente dependente do maior partido da oposição.

O PS parte, portanto, para a discussão do orçamento do estado na Assembleia da República sem um compromisso com o governo.

Mas queremos assumir um compromisso com os portugueses.

Há duas coisas que sabemos e não podemos ignorar:

- Em primeiro lugar, que passaram apenas sete meses sobre as últimas eleições legislativas;
- Em segundo lugar, um eventual chumbo do orçamento poderia conduzir o país e os portugueses para as terceiras eleições legislativas, em menos de 3 anos, sem que se perspetive que delas resultasse uma maioria estável.

É por estas duas razões, e apenas por estas duas razões, que tomei a decisão de propor à Comissão Política Nacional do Partido Socialista a abstenção na votação do orçamento do estado para 2025.

O Partido Socialista, que lidero, é um partido responsável, consistente e que nunca falhará a Portugal e aos portugueses.

O PS dedicará o próximo ano, no âmbito de novos Estados Gerais, a ouvir os portugueses e a construir com eles um programa de progresso económico e social para Portugal. Será uma oportunidade de abertura do partido, reflexão e renovação programática, mas também de renovação de pessoas.

Estaremos também muito focados nas próximas eleições autárquicas, momento alto do poder local, onde o PS é a maior força partidária e onde quer continuar a ser o farol do progresso.

Concluo, reafirmando o nosso compromisso com os portugueses e com a construção de um projeto de progresso e de futuro para Portugal.

**O Secretário-Geral,
Pedro Nuno Santos**